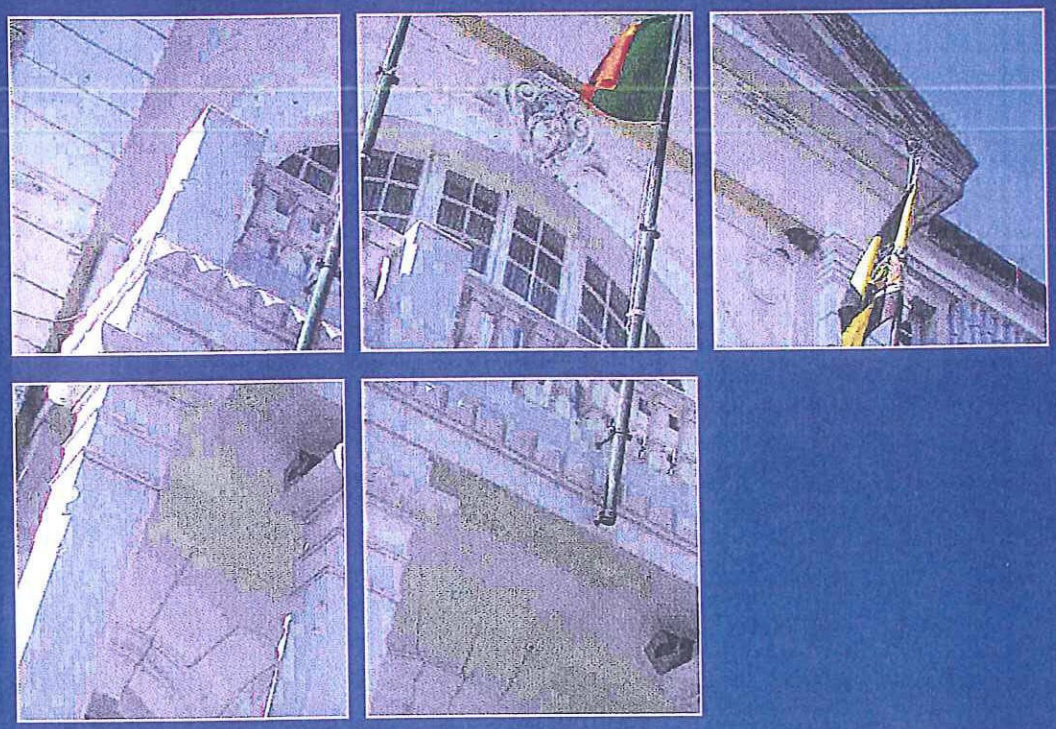


Relatório de Gestão 2010

Volume I

Loures
Câmara Municipal

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA 1910-2010 LOURES

ANEXO II

Relatório de Gestão de 2010

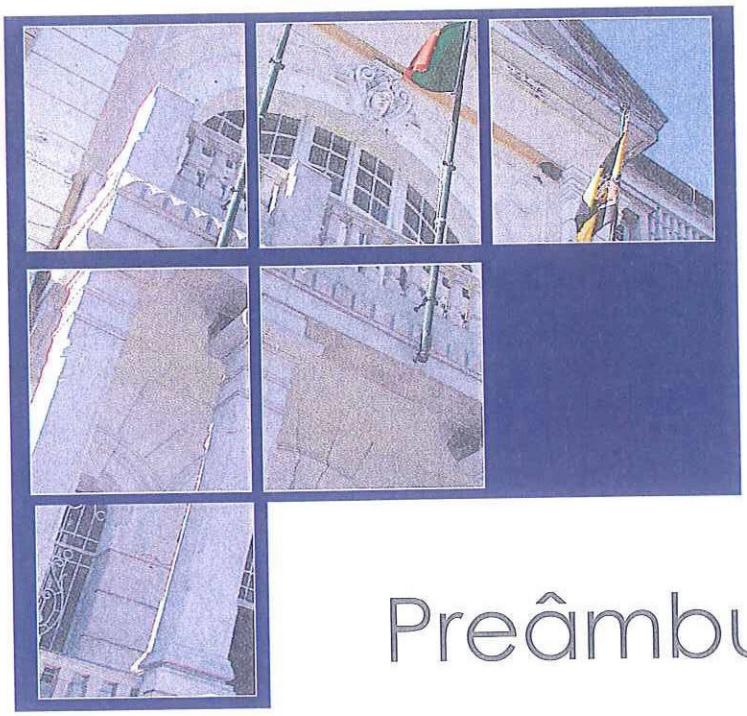
730/293

Índice

Volume I

	págs.
Preâmbulo	II
Apresentação geral e metodologia	01
Gestão de meios humanos	04
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010	14
Execução orçamental	16
Análise económica e financeira	93
Contabilidade de custos	157

732/1293



Preâmbulo

733/1293

O presente documento pretende descrever e analisar as actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, de forma rigorosa e de acordo com o estabelecido na Lei das Finanças Locais e no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Num contexto económico recessivo, optou-se por impor uma gestão mais rigorosa e criteriosa nos recursos da autarquia, com base numa análise da situação orçamental, patrimonial e de custos, relativamente ao exercício de 2010.

A receita em 2010 totalizou 108,4 milhões de euros, correspondendo 68,5% a impostos directos e transferências do Orçamento de Estado. Este valor traduz um decréscimo de 16,9% em relação a 2009.

As despesas totalizaram 109 milhões de euros, apresentando uma variação de menos 21,8% em relação ao ano transacto. A aquisição de bens e serviços representam 28,1% do total da despesa. A aquisição de bens de capital representa 9,9% do total da despesa, ou seja, 20,2% do total das Opções do Plano. Acresce-se que as Opções do Plano apresentam um peso de 49,1% da despesa realizada. As transferências para as freguesias correspondem a 10,5% das despesas.

A poupança estrutural aumentou 0,2 milhões de euros em relação ao ano de 2009, atingindo os 38,5 milhões de euros.

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano, é de 70,8%, pois de uma dotação de 75,6 milhões de euros foram realizados 53,6 milhões de euros. Em relação ao PPI – Plano Plurianual de Investimento a taxa de execução foi de 48,8%.

734/1293

O endividamento municipal cumpriu os limites legais previstos para o ano económico de 2010, apresentando ainda, uma margem para o endividamento de curto prazo, médio e longo prazo e líquido.

Através da demonstração de resultados, verifica-se que os resultados operacionais, apresenta um valor de 14,6 milhões de euros.
Os custos operacionais cresceram 1,5%, enquanto os proveitos operacionais aumentaram 23,2%.

O exercício de 2010 obteve um resultado líquido de 12,3 milhões de euros, menos 26,6 milhões de euros que em 2009.

Da análise ao balanço constata-se que as dívidas a terceiros diminuíram 0,2 milhões de euros, atingindo em 2010, 84,6 milhões de euros.
As dívidas de terceiros, também diminuíram para 11,4 milhões de euros, significando, um decréscimo de 20%.

A conjuntura económico-financeira, evidente no ano de 2010, não condicionou o seguimento das opções estratégicas e politicas definidas pelo Executivo no início do mandato, pois foram implementadas um conjunto de medidas e acções, mercê de uma gestão criteriosa e equilibrada entre os vários sectores de actividade municipal, dando, assim, satisfação, em grande medida, aos compromissos assumidos pelo Executivo Municipal, concretamente, nas seguintes áreas:

- Segurança e ordem pública – apoio para equipamentos e viaturas;
- Rede Escolar concelhia - Escola EB1/JI do Prior Velho, EB1 de Santo António dos Cavaleiros/Fernando Bulhões, EB1 nº 1 de Santo Antão do Tojal, EB1 nº2 de s. João da Talha, centros escolares tipo DREL na Quinta do Conventinho/Via Rara, escola básica 2º e 3º ciclos João Villaret, escola EB1/JI nº 2 da Mealhada em Loures;

735/1293

- Serviços auxiliares de ensino (transportes escolares, serviço de apoio à família, auxílios económicos);
- Segurança e Acção Social - Centro de dia de Santo Antão do Tojal e ampliação do centro comunitário de Frielas;
- Incentivo e promoção da melhoria do parque habitacional – PER Famílias e reparação do património habitacional;
- Ordenamento do território na concretização do projecto rodinhas / linha azul
- Criação, manutenção e preservação de espaços verdes - Jardim Major Rosa Bastos;
- Construir, ampliar cemitérios de forma planeada – Ampliação do cemitério paroquial do arneiro em Bucelas;
- Serviços culturais, recreativos e religiosos na concretização de projectos na leitura pública, música, teatro, museologia e tradições regionais;
- Desporto, recreio e lazer - Concepção/execução de pisos sintéticos em campo de futebol, programa desporto mais, plano de desenvolvimento do atletismo, desporto sénior, torneio inter-escolas;
- Actividades cívicas e religiosas na concretização de projectos como viver a juventude, intercâmbios juvenis, passeio sénior e apoio a diversas instituições;
- Promoção da florestação;
- Transportes e comunicações – Sinalização e arruamentos;
- Divulgação de iniciativas turísticas;
- Desenvolvimento económico.

736/1293

Neste ensejo, quero reiterar o meu reconhecimento especial à Assembleia Municipal e seu Presidente, ao Executivo Municipal, bem como aos Presidentes de todas as Juntas de Freguesia, pelo empenho, dedicação e cooperação postos sempre ao serviço dos superiores interesses do concelho de Loures e das suas populações.

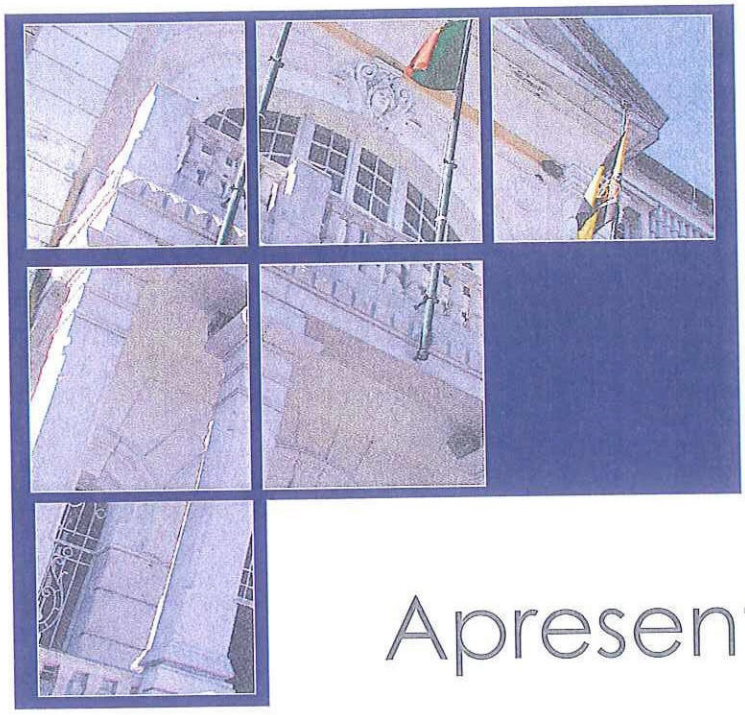
Reitero também o meu agradecimento aos trabalhadores e colaboradores do Município, pelo profissionalismo empenhado no exercício das suas funções.

Loures, 6 de Abril de 2011

O Presidente da Câmara

Carlos Teixeira

737/1293



Apresentação Geral e Metodologia

7381293

Apresentação Geral e Metodologia

Em cumprimento do estipulado no ponto 13, do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedeu-se à elaboração do presente Relatório de Gestão relativamente ao ano económico de 2010, para efeitos de apreciação, pelos Órgãos Autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art.º. 64, nº 2, alínea e), e 49º, nº 2, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de Prestação de Contas (Balanço e Demonstração de Resultados).

É igualmente parte integrante deste relatório a carta temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 56-A da Lei 91/95, de 2 de Setembro, na redacção da Lei 10/2008, de 20 de Fevereiro (anexo A).

Este relatório de Gestão tem, pois, como objectivos:

- Apresentar a actividade desenvolvida no âmbito da gestão de meios humanos – volume I (Gestão de meios humanos);
- Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 – volume I (Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010);
- Explicitar os níveis de arrecadação/execução da Receita e da Despesa por referência aos aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal – volume I (Execução orçamental);
- Analisar a situação económico/financeira da Autarquia, do ponto de vista Patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados de 2010 – volume I (Análise económica e financeira);
- Analisar através da contabilidade de custos, os resultados da autarquia – volume I (Contabilidade de custos);
- Apresentação das principais actividades da autarquia no quadro de desenvolvimento da intervenção municipal – volume II

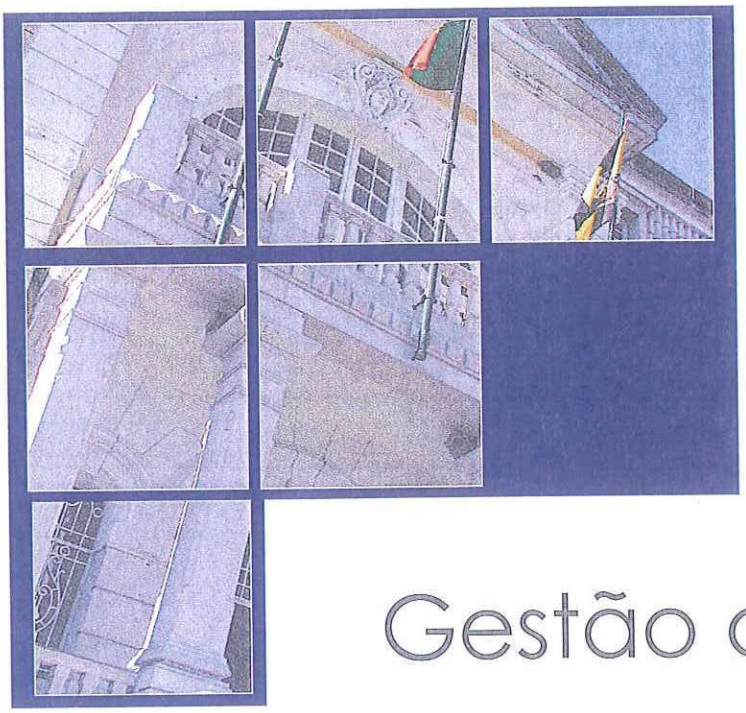
739/293

Na execução do orçamento de 2010 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental e a execução de todas as receitas e despesas foram feitas dentro dos princípios e regras contabilísticas legais exigidas.

A análise desenvolvida no presente documento é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas devidamente sustentadas em quadros e gráficos.

O presente relatório é um importante instrumento de apoio à gestão autárquica porque apresenta de forma clara a actividade desenvolvida pela autarquia no quadro das suas competências e a sua respectiva evolução.

740/293



Gestão de meios humanos

741/1293

Gestão de meios humanos

EFECTIVOS DA CML A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

A actividade desenvolvida incidiu sobre um universo de 2229 trabalhadores, dos quais; 2133 são Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, 64 são Contratos a Termo Resolutivo, 9 são Prestadores de Serviços, 13 são trabalhadores (de outras entidades) em mobilidade no Município, 3 são trabalhadores (de outras entidades) em comissão de serviço no Município e finalmente 7 são Trabalhadores (de outras entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal.

Quadro 1

Vínculo	Número de trabalhadores
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2.133
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo	64
Contrato de Prestação de serviços – Avença	9
Trabalhadores (de outras entidades) em mobilidade no Município	13
Trabalhadores (de outras entidades) em comissão de serviço no Município	3
Trabalhadores (de outras entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal	7
TOTAL	**2.229**

No ano de 2010 continuou a efectivar-se a profunda alteração do regime jurídico aplicável aos trabalhadores da administração pública, com repercussão directa no âmbito da actividade dos Recursos Humanos do Município de Loures.

Com vista ao cumprimento do Despacho 10/Pres de 27/01/2010, realizaram-se vários trabalhos no âmbito do disposto neste documento em termos de Recursos Humanos, nomeadamente à realização de trabalho extraordinário e à contenção orçamental a cumprir.

749/1293

Procedeu a um controlo do cumprimento dos limites legais estabelecidos para a realização/pagamento de trabalho extraordinário, tendo contribuído fortemente para que fosse atingida a meta estabelecida no QUAR[1] do Município de Loures para 2010, no que respeita ao objectivo de "reduzir a despesa associada às horas extraordinárias", já que se verificou a redução desta despesa em **33,97%**, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 2

Horas extraordinárias Variação 2009/2010	
Real (€)	**Relativa (%)**
-590.226,11	-33,97%

Esta conduta de controlo e análise da evolução dos custos com pessoal, quer em termos de execução real, quer de execução orçamental, revelou-se também de grande importância no sentido de evitar situações de falta de dotação para os cabimentos necessários quanto ao pagamento das remunerações, subsídios e abonos e respectivos encargos da entidade, referentes a todos os trabalhadores municipais, num contexto em que a dotação prevista no Orçamento do Município para 2010 para este efeito e a execução final da despesa integrou, para além dos valores relativos a comparticipações na doença (pagos directamente aos trabalhadores, ou à ADSE), os montantes transferidos para o Serviço Nacional de Saúde, por força da aplicação do artigo 154.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (Orçamento do estado para 2010), assim como os valores referentes à alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores abrangidos, nos termos do previsto nos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

[1] O QUAR é o Quadro de Avaliação e Responsabilização que serve de base à avaliação dos Serviços.

743/1293

ENTRADA E SAÍDA DE TRABALHADORES

A entrada e saída de trabalhadores do Município, registadas no ano, deram-se pelas seguintes razões:

Quadro 3

Situação		Número de trabalhadores
Entradas	Novos contratos de trabalho em funções públicas	40
	Mobilidade	5
	Regresso de mobilidade	3
	Regresso de Licença sem remuneração	8

Quadro 4

Situação		Número de trabalhadores
Saídas	Aposentação	42
	Morte	7
	Licença sem remuneração	9
	Mobilidade	11
	Rescisão / exoneração / caducidade de contrato	3
	Fim de mobilidade	2

Estas situações contribuíram para que, à data de 31 de Dezembro de 2010, se verificasse a seguinte realidade:

744/1293

Quadro 5

Situação	Número de trabalhadores
Em licença sem remuneração	45
Trabalhadores do Município, em mobilidade (em diversas entidades)	24
Trabalhadores do Município, em comissão de serviço (em diversas entidades)	12
Trabalhadores (de diversas entidades) em mobilidade no Município	13
Trabalhadores (de diversas entidades) em comissão de serviço no Município	2
Trabalhadores (de diversas entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal	7

ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO

Em Dezembro de 2010 procedeu-se à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório, de acordo com o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com efeitos retroactivos a Janeiro do mesmo ano, referente a 29 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 6

Carreira	Trabalhadores abrangidos	
	Qtd.	%
Técnico Superior	3	13,79%
Assistente Técnico	11	34,48%
Assistente Operacional	15	51,72%
Total	29	100,00%

Procedeu-se, igualmente, à alteração remuneratória por **Opção Gestionária**, cujo processamento reportou retroactivamente a Janeiro de 2010, nos termos do previsto nos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e de acordo com o deliberado pela Câmara Municipal, na sua 3.ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de Fevereiro de 2010.

Para este apuramento, foram analisadas as alterações de posicionamento remuneratório que se aplicariam a cada um destes trabalhadores (conforme o

745/1293

n.º 3 daquele artigo 47.º), com posterior identificação da despesa inerente ao pagamento dessa variação monetária com efeitos retroactivos a Janeiro de 2010, apurando-se o valor total desta despesa para cumprimento do n.º 4 do mesmo artigo.

Foram abrangidos **513** trabalhadores:

Quadro 7

Carreira	Trabalhadores abrangidos	
	Qtd.	%
Técnico Superior	75	14,62%
Assistente Técnico	168	32,75%
Assistente Operacional	257	50,10%
Enc. Pessoal Auxiliar	1	0,19%
Enc. Brig. Ser. Limpezas	3	0,58%
Educadora de Infância	1	0,19%
Chefe de Armazém	1	0,19%
Fiscal Municipal	3	0,58%
Fiscal de Obras	3	0,58%
Informático	1	0,19%
Total	**513**	**100,00%**

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS E ABONO PRÉ-NATAL

Na sequência da entrada em vigor de nova legislação sobre a atribuição de prestações sociais, nomeadamente do Abono de Família Para Crianças e Jovens e do Abono Pré-Natal, foram criados novos impressos com base no modelo já utilizado no Município e no modelo entretanto aprovado para a Segurança Social.

Paralelamente, estabeleceram-se novas ferramentas de cálculo dos escalões de processamento destes Abonos, e de controlo dos critérios para a sua atribuição.

7461293

Quadro 8

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS E ABONO PRÉ-NATAL		
Beneficiários	**Até Outubro 2010**	**A partir de Novembro 2010**
Famílias Clássicas	700	335
Famílias Monoparentais	220	173

ADSE[2]

No que respeita a processos de inscrição e alteração de beneficiários da ADSE, foram desenvolvidos os procedimentos referentes a:

Quadro 9

Tipo de Procedimento	Quantidade
Inscrição de Beneficiários Titulares	79
Inscrição de Beneficiários Familiares	71
Alterações de elementos dos Beneficiários Titulares e Familiares	231
Conferência de mapas de R.O. (encargos com assistência prestada a beneficiários da ADSE)	19
Manutenção de direitos de descendentes	134
Alterações por mudança de cartões	859
Ofícios referentes a alterações várias	264
Total	**1.657**

[2] Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública

747/1293

CONTROLO DE ASSIDUIDADE

O controlo de assiduidade processa-se através do sistema de registo pontométrico e manualmente.

No final do ano de 2010, verificava-se a seguinte distribuição:

Quadro 10

Controlo de Assiduidade	Número de trabalhadores
Trabalhadores com registo pontométrico	1.204
Trabalhadores sem registo pontométrico	1.017
Total	**2.221**

Dos trabalhadores que não efectuam registo pontométrico, apontam-se os seguintes motivos:

Quadro 11

Motivo	Número de trabalhadores
Dirigentes/Membros dos Gabinetes de Apoio Pessoal (1)	58
Isentos por Despacho (2)	72
Sem acesso a terminal de registo pontométrico (3)	887
Total	**1.017**

Notas:

(1) De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

(2) De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

(3) Inclui os trabalhadores afectos aos Agrupamentos Escolares (Pessoal Não Docente).

Quanto à modalidade de horário de trabalho praticada, os trabalhadores do Município distribuíam-se, em 31 de Dezembro de 2010, do seguinte modo:

748/293

Quadro 12

Modalidade de Horário de Trabalho	Número de trabalhadores
Flexível	698
Rígido	1.276
Jornada contínua	45
Turno	144
Isento de horário	58
Total	**2.221**

ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

Ao longo do ano de 2010 foi atribuído o Estatuto de Trabalhador-Estudante, para os anos lectivos de 2009/10 e 2010/11, a um total de 79 trabalhadores do Município.

APOSENTAÇÕES

No que respeita a processos tratados no âmbito da Aposentação, sobre o ano em causa apurou-se a seguinte realidade:

Quadro 13

Aposentação por Antecipação (Art.º 37.º-A do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2010	62
Aposentados em 2010 referentes a processos iniciados em 2010	13
Pessoal a aguardar aposentação (à data de 31/12/2010), referentes a processos iniciados em 2010	3
Processos em que os trabalhadores desistiram, referentes a processos iniciados em 2010	3
Pedidos pendentes de decisão da CGA (à data de 31/12/2010), referentes a processos iniciados em 2010	43
Aposentados em 2010, referentes a processos transitados de 2009	21

749/1293

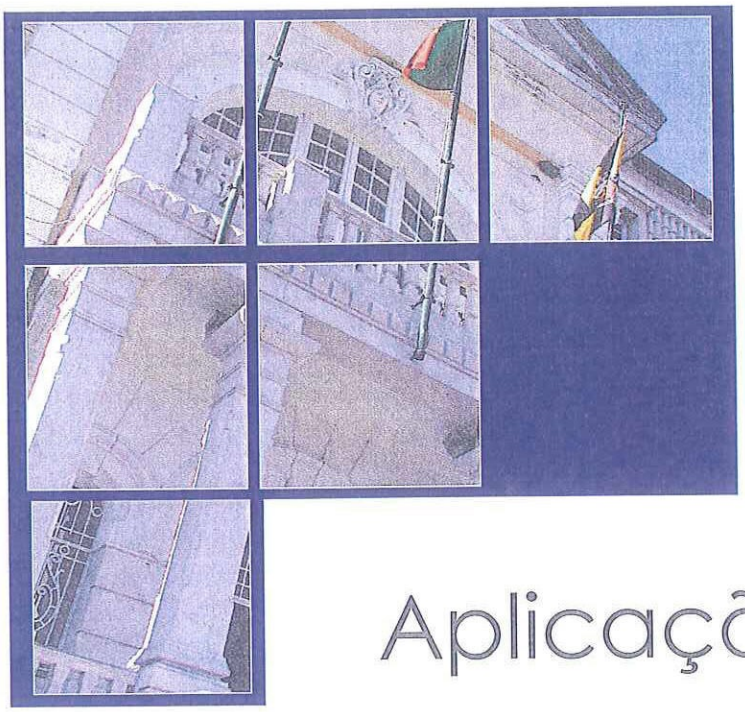
Quadro 14

Aposentação por Incapacidade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2010	6
Aposentados em 2010 pelo Centro Nacional de Pensões (CNP), referentes a processos iniciados em 2010	1
Processos anulados por falecimento do trabalhador, referentes a processos iniciados em 2010	1
Pedidos pendentes de decisão da CGA (à data de 31/12/2010), referentes a processos iniciados em 2010	4
Aposentados em 2010 referentes a processos transitados de 2009	5
Processos pendentes de decisão da CGA (à data de 31/12/2010), referentes a processos transitados de 2008	1

Quadro 15

Aposentações por Limite de Idade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2010	3
Aposentados em 2010	2
Pessoal a aguardar aposentação (à data de 31/12/2010)	1

750/1293



Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

751/1293

Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro propõe-se que o resultado liquido do exercício no valor de **12.315.353,30€**, seja distribuído por:

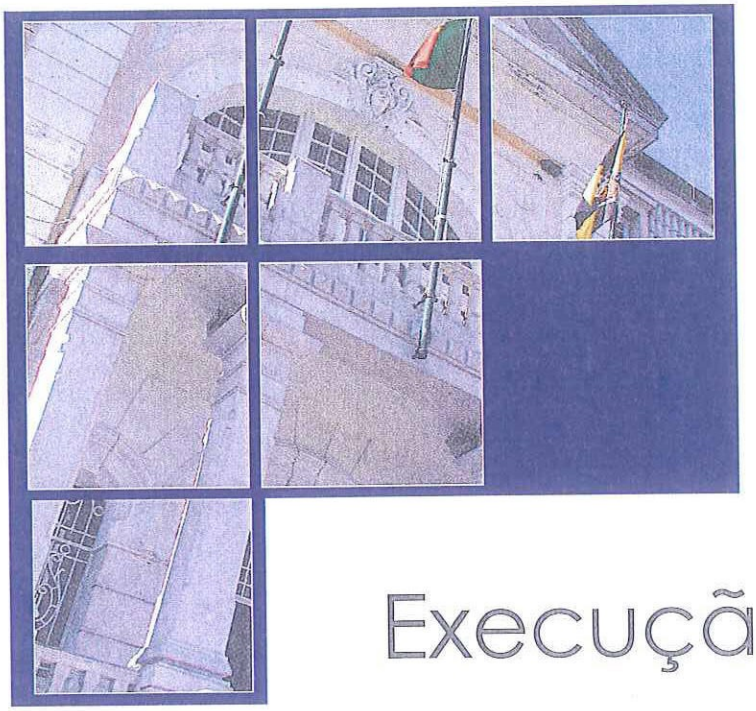
Reservas legais (5% do RL)

615.767,67€

Resultados transitados

11.699.585,64€

752/1293



Execução Orçamental

753/1293

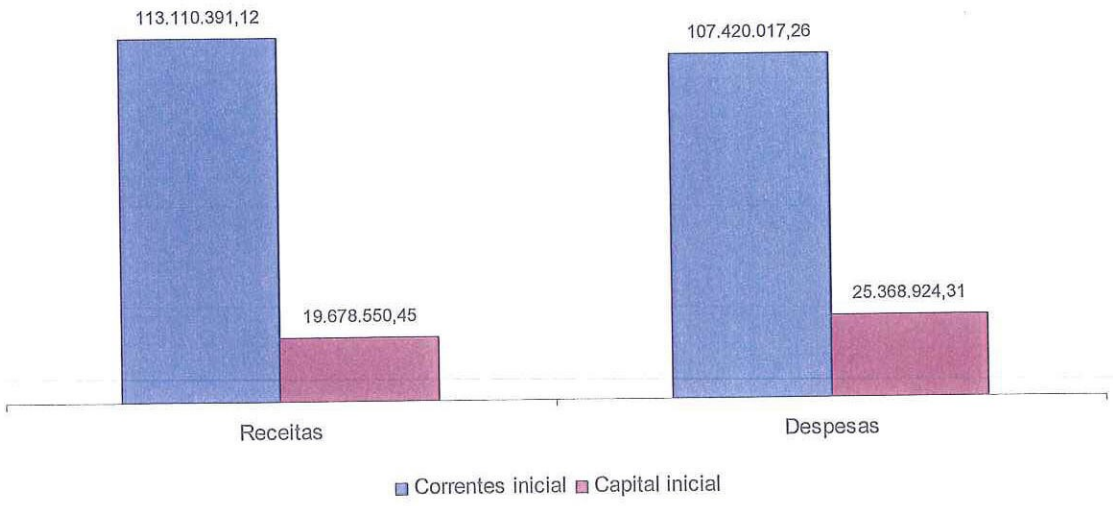
Execução orçamental

Orçamento inicial 2010

Na 2.ª Reunião Extraordinária realizada a 18 de Dezembro de 2009 foram aprovados pelo órgão executivo os documentos previsionais para 2010 nomeadamente o orçamento de 2010 e as Opções do Plano 2010-2013. Estes mesmos documentos foram aprovados na 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a 7 de Janeiro de 2010.

O Orçamento inicial de 2010 foi aprovado com uma previsão de Receitas e Despesas no montante de 132,8 milhões de euros. No decorrer do ano económico foi reforçado em 7 milhões de euros, 3,3 milhões de euros referentes ao saldo de gerência e o restante referente receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados e projectos financiados.
O gráfico a seguir mostra a distribuição do orçamento inicial por classificação económica corrente e capital.

Gráfico 1



7541 1293

Opções do Plano inicial

As Opções do Plano apresentavam um valor total (definida+a definir), de 90.030.545,07€ dos quais 31.831.754,36€ estavam afectos ao plano plurianual de investimentos.

Nas Opções do Plano estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Loures. Estas revestem uma natureza programática, de horizonte móvel de quatro anos, enunciando os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica a desenvolver num plano de médio prazo.
O quadro a seguir mostra, por funções os principais objectivos do município e as respectivas dotações iniciais.

755| 1293